



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria-Geral da República

## **Discurso do Procurador-Geral da República**

XXII Reunião Especializada de Ministérios Públicos do  
MERCOSUL

Brasília, 23 de agosto de 2017

---

Excelentíssimos Procuradores-Gerais dos Estados-  
Partes e Estados Associados do MERCOSUL,

Pela República Argentina, a Senhora Alejandra Gils  
Carbó,

Pela República do Paraguai -o Senhor Javier Díaz  
Verón,

Pela República Oriental do Uruguai - o Senhor  
Jorge Díaz Almeida,

Pela República do Chile - o Senhor Jorge Abbott  
Charme,

pela República do Peru - o Senhor Pablo Sanchez  
Velarde,

A história da nossa América Latina, desde os primórdios de sua colonização, foi marcada por violência, pela opressão, pela usurpação de direitos naturais, mas também, e sobretudo, pelos sonhos de liberdade. E, não raro, a resposta dos oprimidos também seguiu o mesmo caminho violento e despótico de seus algozes.

Por isso fazemos a incansável defesa do Estado de Direito, o qual, segundo **Pontes de Miranda**: *“é um estado em que não há nada de arbítrio e onde tudo se rege por regras jurídicas feitas de acordo com a Constituição e a Democracia. Sem democracia e liberdade não há Estado de Direito.”*

Faço essa pequena reflexão pois, no início de nossos trabalhos, nesta XXII REMPM, gostaria de abordar a sensível questão da Venezuela e a rápida atuação deste bloco em apoio à Dra. Luisa Ortega, legítima procuradora-geral daquele país.

Nosso amparo imediato ao MP venezuelano, tão logo às primeiras ameaças se apresentaram, é claro exemplo da integração regional de nossas instituições e de nossas convicções democráticas.

Os problemas políticos enfrentados pela Venezuela, e que acarretaram sua suspensão do bloco, culminaram com problemas jurídicos que não só colocaram em risco a autonomia do Ministério Público venezuelano, como de fato a arruinaram.

Em prol do Estado de Direito e dos direitos fundamentais, nós, Procuradores-Gerais do MERCOSUL, emitimos uma primeira manifestação que expressava nosso apoio à colega venezuelana e nossa desconformidade com uma possível destituição da Procuradora-Geral daquele país.

Infelizmente, não foi o suficiente.

Com a destituição consumada, o grupo de chefes dos MPs do Mercosul se uniu novamente, mas desta vez com voz mais forte, em tom de repúdio e de irresignação, certos de que o ato ilegal afetava de forma direta todos os habitantes daquele país, pois passaram a contar com uma instituição subjugada a um verdadeiro poder político ditatorial. Assistimos a um estupro institucional no Ministério Público venezuelano.

Sem independência, o MP do nosso vizinho ao norte não tem mais condições de defender os direitos fundamentais das vítimas e acusados nem de conduzir com objetividade investigações criminais ou de atuar em juízo com isenção.

Nossos Ministérios Públicos passaram a não reconhecer a autoridade de uma instituição dirigida por pessoas designadas ilegal e arbitrariamente, por uma Assembleia Nacional Constituinte ilegítima, ela mesma escolhida num processo eleitoral recheado de suspeitas de fraudes.

Com esse mesmo propósito, chanceleres de 17 países das Américas, reunidos em Lima, no Peru, condenaram a ruptura da ordem democrática na Venezuela e, em um comunicado conjunto, afirmaram não reconhecer a constituinte do país, da qual pediram, inclusive, o encerramento.

No comunicado, os governos também expressaram solidariedade à procuradora-geral Luisa Ortega Díaz. O chanceler brasileiro, no encontro, elogiou a atitude dos Procuradores-Gerais do Mercosul, ao mencionar a declaração de repúdio que aprováramos, já durante a presidência *pro tempore* brasileira.

A expressão de nosso rechaço, diga-se, **em total sintonia com a diplomacia brasileira**, foi acompanhada e fortalecida por declarações e apoios de vários organismos internacionais como a Associação Ibero-Americana de Ministérios Públicos - a AIAMP, a Comissão Inter-americana de Direitos Humanos e a

Associação Internacional de Procuradores, a IAP, entidade na qual tenho a honra de integrar o comitê executivo.

Por isso, exorto meus colegas Procuradores-Gerais que assinaram a moção a permanecerem atentos ao estado de exceção que se implantou na Venezuela e a qualquer outro episódio de instabilidade que ponha em risco o desenho constitucional do Ministério Público em nossa região. Nossas vozes devem estar unidas, fortes e prontas para enfrentar tais desafios.

Para a XXII REMPM, que presidirei pela última vez como Procurador-Geral da República Federativa do Brasil, escolhemos outros dois temas prioritários.

A elaboração e possível aprovação pelos Procuradores-Gerais da recomendação, elaborada pelo Subgrupo de Trabalho em Cooperação Jurídica nas Fronteiras, para um marco normativo específico para essas regiões; e as discussões da Nota Técnica e plano estratégico para a elaboração de Equipes Conjuntas de Investigação no Mercosul.

A moção de Ponta Porã, que foi o alicerce para a criação do Subgrupo de fronteira, ganhou corpo em adesão e importância pelos reflexos na necessidade urgente de adoção de mecanismos próprios de cooperação jurídica em zonas fronteiriças, garantindo também meios mais céleres para a comunicação de atos processuais que levem à obtenção de provas e a captura de foragidos.

Não posso deixar de mencionar que, dentre as inúmeras atividades do Subgrupo, como reuniões por videoconferência e cursos sobre cooperação jurídica em Santana do Livramento, o tema ganhou destaque em evento das Nações Unidas, quando os integrantes do Subgrupo apresentaram a problemática e as propostas na 26ª Sessão da Comissão de Prevenção ao Crime e Justiça Criminal, em Viena, em maio passado.

Temos de estar convictos de que os cidadãos do Mercosul cada vez menos sejam identificados como estrangeiros nos territórios dos Estados-Partes.

A cidadania do Mercosul é um ideal a ser alcançado também no âmbito do acesso à Justiça e na luta contra a criminalidade.

Nossas fronteiras não devem ser fechadas à cooperação policial ou judicial; devem ser protegidas por forças de segurança comuns ou por órgãos nacionais que se integrem eficazmente uns com os outros, numa releitura da ideia de soberania em marcos comunitários.

Nossas linhas geográficas imaginárias deveriam ceder à integração efetiva no campo judicial, na lógica da confiança e do reconhecimento mútuo. O foco não deve estar nessas linhas, que são ignoradas pelos criminosos; deve estar no que se situa ao redor delas, numa busca de interação constante e imediata entre vários mecanismos nacionais e supranacionais para a implementação e proteção do Estado de Direito.

Nossas fronteiras, hoje, só servem de limite aos



Ministérios Públicos, à Polícia e ao Judiciário. Não aos delinquentes de todas as partes e espécies.

Todos os agentes sociais interagem para além delas, menos o sistema de justiça. Todos os setores da sociedade e da economia lícita e ilícita dialogam e fazem troca diretas no bloco, menos os Ministérios Públicos e as Polícias.

Infelizmente, ainda estamos amparados na ideia de cooperação por intermédio de um núcleo, de um centro, de uma autoridade com poder de controle e transmissão documental. Esse modelo deve ser paulatinamente superado no Mercosul, tal como o foi na Europa.

Temos que nos preparar, no âmbito judicial, para a cidadania do Mercosul que entrará em vigor em 2021, no aniversário dos 30 anos do bloco. O Estatuto da Cidadania, aprovado em 2010, estrutura-se em torno da implementação de política de livre circulação de pessoas na região; igualdade de direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicas para os nacionais dos Estados-Partes do MERCOSUL e igualdade de condições para

acesso ao trabalho, à saúde e à educação, além da criação da placa comum de identificação veicular do MERCOSUL.

Temos que avançar, não tenho dúvidas. Por essa razão, a proposta do marco normativo específico para as fronteiras deve ser cuidadosamente apreciado.

Gostaria, nesse momento, amigos Procuradores-Gerais, de também abordar o tema das Equipes Conjuntas de Investigação.

Não precisamos mais explicar a funcionalidade dessa ferramenta de cooperação internacional. Estamos todos convencidos de sua necessidade. Precisamos, no cenário atual, analisar as condições e os entraves impostos para sua formação.

Em fevereiro deste ano, nesta sala, procuradores-gerais de 10 países que conduzem investigações relacionadas à Odebrecht firmaram a Declaração de Brasília sobre Cooperação Jurídica Internacional contra a

## Corrupção.

Naquele documento os chefes dos Ministérios Públicos presentes decidiram promover a constituição de equipes conjuntas de investigação, bilaterais ou multilaterais, que permitam investigações coordenadas sobre o caso, de acordo com o disposto no art. 49 da Convenção de Mérida e em outras normas legais e instrumentos internacionais aplicáveis.

Resolvemos, ainda, que as equipes conjuntas de investigação atuarão com plena autonomia técnica e no desempenho de sua independência funcional, como princípio norteador dos Ministérios Públicos.

Na última REMPM, em Buenos Aires, os Ministérios Públicos do Brasil e da Argentina assinaram um acordo para formação de uma ECI, a fim de apurar esquemas de corrupção envolvendo a companhia Odebrecht nas duas jurisdições.

O pedido para formação da ECI foi tramitado pela autoridade central argentina e encaminhado ao Ministério Público Federal brasileiro pela nossa autoridade central.

Com o texto negociado pelos órgãos que de fato participaram da investigação e assinado pelos Procuradores-Gerais dos dois países, o documento foi devolvido à autoridade central brasileira para dar início aos trâmites, o que foi negado por esta, com alegações as mais inconsistentes, que, em última análise, privam os Ministérios Públicos de sua autonomia para a realização de investigações transnacionais, notadamente de corrupção, subjugando os interesses público e do Estado à vontade ocasional de certos governos.

Diante desse cenário, a Procuradora-Geral Alejandra Gils Carbó e eu fizemos um comunicado de imprensa alertando que as autoridades centrais em matéria de cooperação jurídica internacional de ambos os países apresentaram óbices e requisitos que constituem ingerências indevidas no estabelecimento de forças-tarefas binacionais.

O Ministério da Justiça brasileiro exigiu uma intervenção direta na redação do nosso acordo e sugeriu que as provas compartilhadas neste marco de cooperação fossem transmitidas pelas autoridades centrais.

Por outro lado, o Ministério das Relações Exteriores argentino propôs converter a ECI em um tratado internacional negociado pelos Poderes Executivos.

Não há dúvida de que nossas autoridades centrais estão desvirtuando, por completo, a utilidade da ferramenta.

Por essa razão e diante do cenário no qual nos encontramos, precisamos, encontrar juntos os meios adequados para superar essas barreiras, para avançar em nossas investigações cruciais para o caso Lava Jato.

Necessitamos consolidar as bases hoje também para os casos futuros.

Como se vê, precisamos nos manter atentos a temas distintos que, em última análise, dizem respeito à essência do MP, a sua capacidade constitucional de operar longe das amarras de contingências político-partidárias de governos, com autonomia e isenção para buscar o *rule of law* em suas jurisdições e também transnacionalmente.

Obrigado pela presença de todos nesta que é a minha última REMPM, como Procurador-Geral.

Espero que possam desfrutar um pouco desta nossa capital e que possam interagir com Procuradores-Gerais do BRICS que aqui se encontram, pois essas pontes contribuem para o êxito da cooperação jurídica. Sem elas, estaríamos isolados. Muito obrigado!